

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA

VICTOR MENDES EDUARDO

**OS EFEITOS DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE TRANSFERÊNCIA DE
RENDA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A DESIGUALDADE E
POBREZA NO BRASIL**

SÃO PAULO

2022

VICTOR MENDES EDUARDO

OS EFEITOS DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL

Projeto de trabalho de conclusão de curso em Economia, no curso de Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como parte das exigências e objetivo final da matéria, buscando construir um alicerce para a monografia do tema em questão.

Orientador da Disciplina: Dr. Edgar Cândido do Carmo.

SÃO PAULO

2022

VICTOR MENDES EDUARDO

OS EFEITOS DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE A DESIGUALDADE E POBREZA NO BRASIL

Projeto de trabalho de conclusão de curso em Economia, no curso de Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, como parte das exigências e objetivo final da matéria, buscando construir um alicerce para a Monografia do tema em questão.

Orientador da Disciplina: Dr. Edgar Cândido do Carmo.

BANCA EXAMINADORA

Prof (a).

Prof (a).

Prof (a).

São Paulo, 05 de dezembro de 2022

“Onde há grande propriedade, há grande desigualdade. Para um muito rico, há no mínimo quinhentos pobres, e a riqueza de poucos presume da indigência de muitos.”

(Adam Smith)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus familiares, em especial minha mãe e meus avós, e também minha namorada, pois sem eles eu não teria o acolhimento e apoio para me formar nesta graduação que tanto almejei. Por parte deles ocorreu o maior incentivo, mesmo com algumas dificuldades durante a trajetória nunca deixaram de me amparar e foram fundamentais neste papel.

Venho agradecer a Deus, pois foi Ele quem traçou a minha trajetória, manteve minha fé e fez com que este curso fosse realizado.

Por fim, devo agradecer à Universidade Presbiteriana Mackenzie e aos professores que me deram suporte durante o curso, auxiliando com didáticas, materiais e dinâmicas, permitindo que este trabalho fosse concluído da melhor forma.

RESUMO

Com a vinda da pandemia da COVID-19 para o Brasil no início de 2020, todo o país foi acometido por um vírus passível de morte, em que diversas medidas foram implantadas acerca deste caso. Dentre elas, foram definidas novas regras em prol da saúde populacional, como o distanciamento social, quarentena e a redução da jornada de funcionários e organizações, que impactou diretamente na economia do Brasil, o que ocasionou no aumento na taxa de desemprego, inflação e desigualdade social. Para que esse quadro pudesse ser minimizado, o governo implementou alguns programas sociais para pessoas de baixa renda, desempregados, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e trabalhadores informais, como o auxílio emergencial e ampliação dos programas de transferência de renda já existentes. Com base neste histórico, o presente trabalho tem por objetivo destacar quais eram esses programas, mostrar como funcionavam e definir qual seu impacto na desigualdade social, para isso, foram utilizados artigos publicados entre os anos de 2003 a 2022 nas plataformas FGV, Scielo, IPEA e Google Acadêmico. É de suma importância que este tema seja pautado, para que os leitores compreendam os impactos da pandemia, as medidas governamentais e como caminha a desigualdade social, para conscientização e disseminação de informações.

Palavras-chave: Programas Governamentais; Pandemia; Desigualdade social; Pobreza.

ABSTRACT

With the arrival of the COVID-19 pandemic to Brazil in early 2020, the entire country was affected by a deadly virus, in which several measures were implemented in this case. Among them, new rules were defined in favor of population health, such as social distancing, quarantine and the reduction of the working hours of employees and organizations, which directly impacted the Brazilian economy, which caused an increase in the rate of unemployment, inflation and inequality. Social. So that this situation could be minimized, the government implemented some social programs for low-income people, the unemployed, individual microentrepreneurs (MEI), self-employed and informal workers, such as emergency aid and expansion of existing income transfer programs. Based on this history, the present work aims to highlight what these programs were, show how they worked and define their impact on social inequality, for that, articles published between the years 2003 to 2022 on the FGV, Scielo, IPEA platforms were used. and Google Scholar. It is extremely important that this topic be guided, so that readers understand the impacts of the pandemic, government measures and how social inequality is progressing, for awareness and dissemination of information.

Keywords: Government Programs; Pandemic; Social inequality; Poverty.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Queda na renda do trabalho entre o 1º e 2º trimestre de 2020	22
Gráfico 2 - Distribuição do auxílio emergencial por estados	26
Gráfico 3 - População abaixo da linha da pobreza por recebimento do auxílio emergencial.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Incidência da COVID-19 no Brasil.....	18
Tabela 2 - Auxílio Emergencial em milhões de pessoas e valores pagos.....	27
Tabela 3 - Produto Interno Bruto (Comparação 2020 e 2019)	29
Tabela 4 - Transferência de renda, pobreza e desigualdade	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
4. DESENVOLVIMENTO.....	17
4.1. Pandemia da COVID-19	17
4.2. Problemas econômicos e sociais.....	20
4.3. Programas governamentais de transferência de renda	22
4.4. Consequências dos programas governamentais	27
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
6. REFERÊNCIAS	33

1. INTRODUÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre o surto de uma nova doença de coronavírus, conhecida como COVID-19, com origem na cidade de Wuhan, na China. Esta doença é causada por um membro da família *coronaviridae* e ficou definida como uma Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2 (SARS-CoV-2) pelo Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus em 2019.

Devido ao crescimento de infecções pelo novo coronavírus ao redor de todo o mundo e a alta no número de casos graves e mortes decorrentes das complicações causadas pela doença, o COVID-19 foi declarado como uma doença pandêmica global pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Segundo dados da OMS (2021), o número de casos confirmados desde o início do descobrimento da doença até o ano de 2021 foi de mais de 281 milhões, enquanto as mortes pela doença chegaram a 5,4 milhões no mesmo período, sendo as Américas e a Europa as regiões mais atingidas pela pandemia.

Conforme a pandemia se espalhou, toda a população mundial sofreu os impactos, não só relacionados à saúde, mas também impactos econômicos. O Brasil sofreu nos últimos anos com problemas relacionados às crises políticas que desencadearam problemas na economia do país, além de uma alta da taxa de desemprego como consequência destes problemas, que passou de 6,3% em 2013, o menor patamar nos últimos 10 anos, chegando a 13,9% em 2017 e caindo para 11,1% na última divulgação antes do início da pandemia, segundo dados do IBGE.

Após o início da pandemia, os problemas sanitários, políticos e econômicos se agravaram, sendo assim, o Brasil teve a maior taxa de desemprego dos últimos 10 anos de sua história, chegando a 14,9% no 3º trimestre de 2020 e no 1º trimestre de 2021. Após o primeiro caso de infectados no Brasil ter sido reportado no final de fevereiro de 2020, uma série de medidas sanitárias foram tomadas com o objetivo de desacelerar a contaminação da população e assim evitar colapsos no sistema de saúde pública do país, como o isolamento social e o uso de máscaras.

Nessa época, o governo brasileiro trabalhava com um cenário considerado otimista, no qual poderia haver apenas uma leve recessão econômica e que o número de infectados e óbitos não seriam tão grandes. Porém, com o agravamento da pandemia, o cenário foi de redução no volume das exportações, redução da produção

e jornada de trabalho, demissões de trabalhadores em massa, falências de empresas, entre outras coisas que contribuíram para um impacto negativo no PIB brasileiro e redução do rendimento médio brasileiro entre 2020 e 2021, passando de R\$ 2.783,00 no 4º trimestre de 2020 para R\$ 2.484,00 no mesmo período de 2021, segundo dados do IBGE.

A queda do rendimento médio se iniciou no 3º trimestre de 2020, segundo dados do IBGE, e para minimizar este problema e suas consequências o governo adotou uma série de medidas, tendo como principal proposta o auxílio emergencial, além de continuar com os demais programas de transferência de renda já existentes.

O auxílio emergencial é um benefício destinado aos microempreendedores individuais (MEI), autônomos, trabalhadores informais e desempregados, os quais iniciaram recebendo parcelas de R\$ 600,00 e durante a prorrogação do auxílio passaram a receber metade do valor, ou seja, R\$ 300,00. Sendo assim, os impactos da pandemia causaram como consequência a necessidade de auxílios governamentais, indicando que poderia haver um crescimento da pobreza e da desigualdade de renda no país.

Diante disso, será retratada uma ampla visão acerca da pandemia, auxílio emergencial, bolsa família e desigualdade social, após isso iremos avaliar como o auxílio emergencial ajudou a minimizar os impactos da pandemia sobre o consumo das famílias, PIB e desigualdade de renda, utilizando dados do IBGE, IPEA e Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas e também tendo como base o índice de Gini.

O objetivo geral deste artigo é analisar os efeitos do programa de transferência de renda sobre pobreza e desigualdade no período de 2020 – 2021, momento em que ocorreu a pandemia de COVID-19. Mais especificamente, realizar levantamento bibliográfico e documental que auxiliem a confecção do artigo, tabular os dados recolhidos no Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), destacar quais eram esses programas governamentais, mostrar como funcionavam esses programas, avaliar o impacto do auxílio emergencial sobre o consumo das famílias brasileiras, analisar os principais indicadores de desigualdade e definir o impacto na desigualdade social.

O problema levantado é de como o auxílio emergencial conseguiu contribuir para a diminuição da desigualdade social no Brasil a partir de duas hipóteses levantadas: “O auxílio emergencial concedido pelo governo contribuiu para que as

famílias mais pobres conseguissem manter o nível de consumo ou, pelo menos, tivessem uma redução menos expressiva nos níveis de consumo?” e “Os programas de distribuição de renda durante a pandemia da COVID-19 (Auxílio Emergencial e Bolsa Família) contribuíram para que a desigualdade social no Brasil não tivesse uma piora?”.

O trabalho está estruturado em tópicos para melhor entendimento do leitor acerca do tema. O primeiro tópico, no qual se encontra o referencial teórico, são as referências utilizadas no decorrer do texto como base para desenvolvimento das informações, neste são descritos os autores, fontes e datas, para que seja possível saber qual o embasamento dos fatos e conhecimentos apresentados.

A seguir temos os procedimentos metodológicos, que foi todo o processo seguido para que este documento fosse elaborado, ou seja, como a pesquisa foi feita, onde as informações foram encontradas e quais anos de referência que foram utilizados. Após isso, serão desenvolvidos os tópicos do histórico da COVID-19, em que será retratada toda a história desta doença, onde surgiu, como é transmitida, entre outros fatores da doença, seguindo a ordem dos problemas econômicos e sociais que esta causou, de que forma afetou a população brasileira e quais medidas o governo federal tomou para solucionar a crise causada.

Este tema foi escolhido por apresentar a importância e relevância do que são os programas de distribuição de renda e como contribuem para a economia. Com a vinda da pandemia, criou-se a necessidade da ampliação deste tipo de programa, o que ocasionou no surgimento do Auxílio Emergencial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil sempre enfrentou problemas em relação aos níveis de pobreza e desigualdade social ao longo de sua história, sendo uma consequência da má distribuição de renda e também de períodos em que a economia brasileira sofria com uma grande pressão inflacionária. Porém, durante o período entre 1993 e 2003 houve uma melhora neste cenário, marcado pelo sucesso do plano de estabilização, o Plano Real, que trouxe efeitos definitivos em termos de controle da inflação, transformando de forma significativa a vida de todos os brasileiros. Em particular, levou à uma rápida e significativa dos indicadores de pobreza (CARNEIRO, R. 2012).

Está forte queda da pobreza também se explica pelo fato do aumento da renda pós estabilização ter ocorrido de forma muito mais acentuada na base da distribuição de rendimentos. Enquanto a renda média aumentou 28% entre os anos de 1993 e 1995, para as pessoas com rendas situadas no décimo mais baixo da distribuição de rendimento a renda dobrou em termos reais neste período e no segundo décimo cresceu em 47%. Aumentos desta intensidade tiveram efeitos significativos sobre a pobreza (SUPLICY, E. 2003).

Os efeitos distributivos da estabilização monetária foram imediatos: o coeficiente de Gini declinou, de 0,603 em 1993, para 0,592 em 1995 (ROCHA, 2013). Embora estes fatores tenham contribuído para os resultados descritos acima, uma mudança importante ocorreu a partir de 1995, visto que foi o ano em que se iniciaram as implantações de programas de transferência de renda. Na década de noventa a expansão de programas sociais que beneficiavam famílias pobres juntamente com a estabilização monetária foram responsáveis pela queda da desigualdade de renda no Brasil (ROCHA 2013).

No início do século XXI, com a economia brasileira sem os impactos da inflação após a estabilização pelo Plano Real, políticas públicas começaram a colocar o social-desenvolvimentismo em prática. Segundo Carneiro (2012), a estratégia social-desenvolvimentista possui como base os seguintes eixos: uma melhor distribuição de renda, reindustrialização via adensamento de cadeias, expansão dos setores com base nos recursos naturais e a ampliação da infraestrutura econômica e social. Sendo assim, as políticas públicas desenvolvimentistas tiveram um papel imprescindível para a posição positiva que o país presenciou no início da década de 2000 (ROCHA 2013).

Durante o período de 2003 a 2011, após o início do governo Lula, apesar de um fraco desempenho do PIB em 2003, o crescimento médio anual foi de 4,2% a partir de 2004, sustentado pelo comportamento do mercado de trabalho, a política de valorização do salário mínimo, e a expansão das transferências de renda assistenciais, estes fatores atuaram de forma constante e cumulativa ao longo do período (SUPLICY, E. 2003).

O governo Lula trouxe o mais importante e popular programa de transferência de renda brasileira, o Bolsa Família, o qual atingiu em 2006 o seu objetivo de famílias amparadas pelo auxílio, chegando a 11 milhões de domicílios. Sendo assim, os novos programas, criados pelo governo federal no período analisado anteriormente (1993-2003), adquirem uma nova base institucional e operacional a partir da criação do Bolsa

Família (BF) em outubro de 2003. A partir de então ocorreram ajustes no valor dos benefícios e alteração do público alvo, incluindo, por exemplo, os adolescentes de 16 e 17 anos.

As mudanças realizadas no desenho do programa em 2011, no início do governo Rousef, e recentemente em 2012 têm como objetivo focar a pobreza extrema, priorizando o atendimento de famílias com crianças. De acordo com Rocha (2013), a expansão e a consolidação das transferências assistenciais como elemento central da política social são uma característica do período 2004-2011. A expansão se dá tanto via expansão da cobertura, como via aumento do valor real dos benefícios. O valor do dispêndio do BPC em 2011 correspondeu em termos reais a mais do que o dobro do valor transferido em 2003 (ROCHA 2013).

O crescimento recente de recursos alocados pelo BF e especificamente focados na base da distribuição representa, finalmente, o reconhecimento pela política pública do que era amplamente consensual nos meios técnicos: transferências de pequeno valor que beneficiem uma clientela ampla são os mais eficazes para reduzir a pobreza e a desigualdade do ponto de vista do rendimento.

O bom funcionamento do mercado de trabalho, valorização do salário mínimo e expansão das transferências assistenciais contribuíram de forma significativa para aumentar a renda das famílias brasileiras em geral e beneficiar principalmente as mais pobres. Em consequência, entre 2003 e 2011, a proporção de pobres cai praticamente à metade, de 22,6% para 10,1%, declinando ao longo de todo o período, mesmo em 2009, ano marcado pelo auge da crise financeira internacional.

Falando um pouco sobre o papel do Estado, a teoria das finanças públicas diz que é papel do Estado: alocar recursos para aquelas regiões ou áreas nas quais a iniciativa privada não tem interesse, estabilizar a economia e promover a distribuição de renda. Em concordância com isso, Suplicy (2003), citando Thomas Paine, aponta que todos devem possuir o direito de usufruir da riqueza gerada em sua nação. Dessa forma, programas de renda básica consistiriam em um passo importante em direção à diminuição da pobreza e da desigualdade social.

"A implementação de um Programa de Renda Básica nessas nações pode constituir-se em uma etapa significativa para atingir os objetivos de erradicação da pobreza e de diminuição da desigualdade social, permitindo que as pessoas possam viver com maior dignidade e liberdade." (SUPLICY, 2003, p. 62)

Além disso, uma vez que a desigualdade também é parcialmente influenciada por outros fatores não controlados pelos indivíduos, como a sorte e as dotações transmitidas pela família, apenas as políticas públicas teriam a capacidade de auxiliar as pessoas em ambientes mais desfavoráveis, como de acordo com Piketty (2014):

"(...) se a desigualdade se deve, ao menos em parte, a fatores fora do controle dos indivíduos, com a desigualdade das dotações iniciais de transmitidas pela família ou pela sorte – sobre as quais os indivíduos envolvidos não podem ser considerados responsáveis -, então é justo o Estado buscar melhorar, da maneira mais eficaz possível, a vida das pessoas mais pobres, isto é, daquelas que precisaram enfrentar os fatores controláveis mais adversos. As teorias modernas de justiça social exprimiram essa ideia sob a forma do princípio segundo o qual a sociedade justa deve maximizar oportunidades e condições mínimas oferecidas pelo sistema social" (PIKKETY, 2014, p. 48)

Entrando no programa de transferência de renda mais recente, o auxílio emergencial, durante a pandemia da Covid-19, um estudo do IPEA nos mostra que o impacto da pandemia foi maior nos domicílios mais pobres. Em setembro de 2020, a renda domiciliar do trabalho entre os de renda muito baixa foi de apenas R\$ 372 (somente 71% da renda do trabalho habitual). Ao se analisar todas as fontes de renda, incluindo o auxílio emergencial, a renda domiciliar média alcançou R\$ 1.169, o que representa 133% da renda domiciliar habitual com outras fontes de renda (R\$ 876).

Ainda assim, cerca de 4,1 milhões de domicílios brasileiros (6% do total) sobrevivem somente com a renda do auxílio emergencial. De acordo com a Pnad Covid-19 de setembro de 2020, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para se alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa utilizará a metodologia de uma pesquisa bibliográfica e documental, em que serão utilizados um vasto material contido em artigos, livros, teses e periódicos. Todas as fontes consultadas estarão em conformidade com os critérios que esta pesquisa pretende seguir: cronológico, buscando materiais que abrangem o período a ser analisado, e temático, selecionando materiais sobre desigualdade, pobreza, políticas de transferência de renda e outros assuntos correlatos.

Dessa forma, será levantada a bibliografia a ser usada, utilizando-se de leituras de reconhecimento e seletivas como instrumentos para, posteriormente, realizar o levantamento das informações encontradas nesta bibliografia. Neste sentido, as duas

principais fontes de consulta serão: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Centro de Políticas Sociais (CPS) da Fundação Getúlio Vargas. No que tange a pesquisa documental, irei coletar dados primários sobre a pobreza e desigualdade de renda no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de outros dados que possam servir para análises durante o trabalho.

Após isso, os dados serão tabulados para que seja possível avaliarmos os impactos do auxílio emergencial sobre o consumo das famílias, PIB e desigualdade, além de possibilitar a análise de indicadores sociais. A pesquisa também utilizará gráficos a partir de dados extraídos das fontes, para que possa ter um melhor entendimento e também melhores análises.

Serão analisados dados referentes à época da pandemia da COVID-19 em que os benefícios de transferência de renda foram pagos para população em prol de suprir as necessidades básicas das mesmas. Sendo assim, neste período um auxílio foi destinado para pessoas que estavam desempregadas e, portanto, sem uma renda mensal, mas que necessitavam deste valor para sobreviverem.

Tendo em vista que o cenário do país e do mundo não era o mais favorável para as pessoas em situações de baixa renda, será feita uma análise de como o auxílio emergencial, programa governamental de transferência de renda, conseguiu impactar positivamente esse grupo da população durante o período. Por mais que este benefício não tenha sido cedido por um longo período, ela possibilitou que muitas famílias não passassem necessidade e que não houvesse o aumento da desigualdade social neste período.

A análise completa será feita por meio de estudos de informações obtidas em órgãos de referência, como FGV, IBGE, entre outros já citados acima, que disponibilizaram diversos recursos, dados e pesquisas que possibilitaram esta análise.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. Pandemia da COVID-19

A pandemia da COVID-19, da qual o mundo todo foi acometido, iniciou-se no Brasil em março de 2020. O novo coronavírus se tornou um dos maiores causadores de doenças respiratórias a matar pessoas em escala global e seu surgimento foi na cidade de Wuhan, na China, ao final de 2019. No Brasil, até novembro de 2022 foram registrados aproximadamente 34,8 milhões de casos e 688 mil mortes.

O surto causado pelo novo coronavírus é gravíssimo por uma série de fatores, principalmente pela estrutura peculiar desta infecção, que possui uma alta taxa de transmissão, visto que se propaga de diversas formas, possui longo tempo de incubação, alta carga viral e também provoca diversas complicações no sistema respiratório dos seres humanos. Por esses motivos, a doença tem causado grandes desafios aos sistemas de saúde mundiais, apesar de sua taxa de mortalidade atual ser de 1,23% no mundo e de 2,2% no Brasil, segundo os dados gerais da Organização Mundial da Saúde.

Tabela 1 – Incidência da COVID-19 no Brasil

			Incidência/100 mil	Mortalidade/100 mil	Atualização
	Casos	Óbitos	Hab.	Hab.	
Brasil	34.815.258	687.962	16.567,1	327,4	27/10/2022
Centro-Oeste	3.980.104	65.207	24.422,2	400,1	27/10/2022
Sul	7.382.647	109.026	24.628,5	363,7	27/10/2022
Norte	2.768.866	51.173	15.022,9	277,6	27/10/2022
Nordeste	6.908.306	132.499	12.104,6	232,2	27/10/2022
Sudeste	13.775.335	330.057	15.588	373,5	27/10/2022

Fonte: www.covid.saude.gov.br

O que marcou esta pandemia foi a alta velocidade que ela tem em se disseminar pelas pessoas e sua capacidade de causar um grande número de mortes. Deste modo, uma das melhores maneiras de se combater a COVID-19 foi por meio de estratégias implementadas pelo governo e órgãos de saúde pública. Como a transmissão do vírus era alta, pessoas que viviam em um contexto de desigualdade social, condições precárias, sem acesso à informação e sem saneamento básico, foram acometidas em maior escala e sofreram maiores consequências.

Com o grande avanço da pandemia, foram traçados alguns planos que melhorassem a qualidade de vida das pessoas e minimizassem os casos de infecções e mortes, sendo assim, isolamento social, distanciamento social, uso de máscaras, realização de testes em larga escala e restrições de viagens internacionais foram algumas das medidas adotadas no mundo inteiro. Estes métodos foram feitos em prol da postergação da transmissão do COVID-19 pelo mundo, para que de alguma forma conseguissem causar a redução de casos e também das mortes.

Os médicos e cientistas sabiam superficialmente como lidar com este vírus, pois sua primeira aparição foi no ano de 2003, em que uma síndrome respiratória aguda grave (SRAG) era causada por um vírus da mesma família. Porém, essa síndrome era menos letal do que a atual, mas que deveria ser tratada da mesma forma e os resultados para impedir a disseminação do vírus na época foram positivos.

Por mais que nos tempos atuais exista a vacina para que a população fique imune aos sintomas que a doença causa, ainda não existe nenhum medicamento comprovado que torne as pessoas imune a ela ou que cure a doença após adquirida. De qualquer forma, uma das melhores formas para se combater o COVID-19 é por meio do distanciamento social, isolamento social, utilização de máscaras, utilização de álcool em gel e lavagem das mãos, alimentos e objetos presentes em casa, pois essas medidas fazem com que o vírus não se espalhe entre as pessoas.

Geralmente doenças virais, como a COVID-19, consegue atingir mais facilmente um grupo da população que apresente uma situação mais vulnerável, que não esteja tão inserida socialmente e economicamente seja de uma classe mais baixa.

Ainda pode-se dizer que a COVID-19 era a “doença democrática”, ainda mais pela sua facilidade de propagação, pois além de ser um fenômeno biológico, tem presença social e histórica, que reforça ainda mais a desigualdade da população brasileira, mas que apesar de se propagar em locais mais vulneráveis, não escolhia qual classe social infectar.

Durante o curso da pandemia, os países em que ela se espalhou foram obrigados a considerar imediatamente como administrar momentos críticos de sobrecarga dos sistemas de saúde: organização, orçamentos, prioridades, necessidades tecnológicas, necessidades dos profissionais (formação, atitudes e aspectos emocionais para ser reforçado e treinado), ética e bioética (Dupont, et al, 2019).

Com a vinda da pandemia do COVID-19 a forma como as pessoas interagem entre si acabou mudando, houve aderência à quarentena, que é um método em que a população deve se isolar das demais pessoas, foi então que academias, clubes e parques, foram fechados, trabalhos foram adaptados ao *home office*, e outros fatores que evitam o contágio pela COVID-19.

Dentre isso, deveria ser feita uma reorganização dos serviços de saúde, redirecionando verbas para ações que fizessem com que diminuísse o agravamento da pandemia. Porém, ocorreram atrasos em diagnósticos e tratamentos, falta de vigilância e monitoramento, atraso na compra de vacinas e falta de exames para detecção, sendo considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a “maior crise sanitária da nossa época”. A partir do que foi relatado acima, com altas taxas de infecções e mortes, crescimento do desemprego e conseqüentemente diminuição da renda das famílias, instalou-se uma crise sanitária e econômica no país.

4.2. Problemas econômicos e sociais

Para abordarmos os problemas econômicos e desigualdade social, podemos dizer inicialmente que são obstáculos presentes em nosso país e já perduram por muitos anos, em todos os estados do Brasil, de norte a sul e de leste a oeste. A desigualdade se dá por um conjunto de fatores sociais que acomete um determinado grupo brasileiro, o mais pobre, e que acabam limitando os poderes de aquisição dos mesmos, fazendo com que passem por necessidades básicas, não possuam boa qualidade de vida, não tem acesso à saneamento básico, sistema de saúde, educação e transporte, que são considerados direitos básicos do cidadão brasileiro.

Essas características geralmente acometem os grupos que são considerados mais vulneráveis, ou seja, pessoas que estão em condições de renda mais baixa, que não tem escolaridade completa, grupos historicamente negligenciados, como o caso de negros e mulheres. Isso ocorre também pelo fato da má distribuição de renda no país, por muitas pessoas não terem acesso à educação e à informação, os recursos governamentais também não são distribuídos corretamente, o que gera a falta destes para alguns indivíduos.

Com a vinda da pandemia da COVID-19, a economia brasileira acabou sofrendo com problemas sociais e econômicos, em que houve a queda de 4,3% do PIB, dita por analistas como um dos piores patamares da história. Esse resultado só começou a ser pior conforme o passar dos meses, diziam que o PIB brasileiro poderia cair em até aproximadamente 6,5% no segundo semestre de 2020. Porém, foi o primeiro semestre que ressaltou ainda mais a crise econômica no Brasil, em que cerca de 1,6 milhão de pessoas perderam os empregos, os registros com carteira assinada tinham sido reduzidos e eram esses que davam garantia ao trabalhador.

Centenas de milhares de pessoas perderam a vida, outras tantas apresentam as sequelas de uma lenta recuperação e milhões foram levados ao desemprego e à faixa da pobreza extrema.

Essa crise foi aprofundada devido aos problemas sanitários, econômicos e políticos, em que foi necessária a intervenção do Estado para que esses problemas fossem reduzidos, no qual foi preciso uma injeção de recursos financeiros em grande quantidade para que se pudesse minimizar os impactos econômicos, além de fazer com que a desigualdades social brasileira não se tornasse ainda maior.

Foi possível notar o impacto que a pandemia causou no mercado de trabalho, além desses fatores, de acordo com o Pnad (2021), o Brasil chegou a alcançar cerca

de 14,8 milhões de desempregadas e ainda mais pessoas tiveram que adotar o trabalho informal, chegando a 33,9 milhões de trabalhadores informais.

Essa crise pôde afetar diretamente as pessoas que tinham menor grau de instrução, que trabalhavam menos que 40 horas semanais e os informais, pois com a queda das vendas, dada a quarentena, queda de exportação e importação, houve então a precarização das relações trabalhistas, em que as organizações já não podiam arcar com seus funcionários por meio da CLT, o que os fez aderir ao regime de trabalho intermitente. Neste, o funcionário passa a trabalhar menos horas semanais, ganha menos e também não tem direito a alguns recursos.

Outro aspecto que a pandemia atingiu a população foi no gênero das pessoas, em que as mulheres foram mais afetadas que os homens. Uma vez que, por conta do isolamento social, escolas e creches tiveram de ser fechadas temporariamente, o que aumentou a jornada das mães para que cuidassem de seus filhos, bem como os cuidados com idosos.

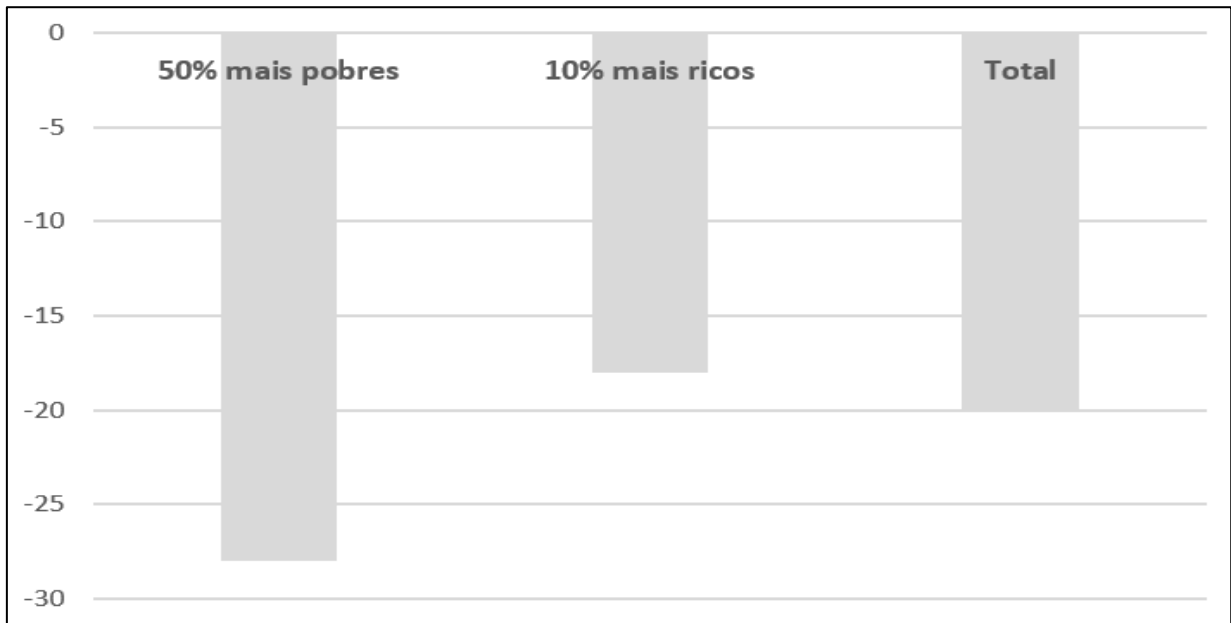
A COVID-19 impactou também de forma avassaladora nas classes economicamente mais baixas, que fossem assalariadas e tivessem trabalhos informais, destacando também o grupo de negros. O que causa um impacto duplamente maior, pois a perda da renda faz com que a crise aumente mais ainda, durante a pandemia, o sofrimento pela cor da pele chegou a aumentar, onde os negros tinham duas vezes mais possibilidades de morrer do que os brancos (*The Economist*, 2020).

No geral, a pandemia gerou impactos na economia que serão visualizados até 2050 de acordo com o governo, em que um dos seus representantes, Edson Domingues (2021) afirma que “No futuro, serão menos pessoas consumindo, gerando renda. O horizonte de análise indica que no longo prazo haverá impactos econômicos diversos pela redução da população na economia”. Com a perda potencial de pessoas no país existe a perda de consumo e essa baixa no consumo pode perdurar até 2050.

Em uma pesquisa revelada pela FGV Social em 2021 chamada de “Desigualdade de impactos trabalhistas na pandemia”, foi utilizado o índice de Gini, o qual faz uma escala de desigualdade. Nela se usa as medidas de 0 a 1, onde, quanto mais perto do 1 a desigualdade é considerada maior e quanto mais perto de zero a desigualdade é menor, o Brasil possuía o índice de 0,6279 em março de 2019 e saltou para 0,640 no segundo trimestre de 2021, acima de toda série histórica durante o período que antecedeu a pandemia.

No período em que se iniciou a pandemia, além do caso de a desigualdade ter aumentado diante da economia brasileira, foi possível entender problemas com a renda média dos brasileiros. No mesmo estudo da FGV Social, foi possível visualizar uma queda significativa nesta renda, onde as pessoas passaram a receber cerca de 20,1% a menos do que estavam acostumadas. Isso ocorreu não somente com pessoas mais pobres, mas também com os mais ricos, que tiveram perca de 10% em suas rendas, a proporção é menor, mas ainda sim, existe queda.

Gráfico 1 – Queda na renda do trabalho entre o 1º e 2º trimestre de 2020



Fonte: FGV/Social

Esses impactos sociais e econômicos que foram acometidos por conta da pandemia, fizeram com que o governo tivesse de tomar certas atitudes para que não prejudicasse mais ainda o país, como por exemplo, o auxílio emergencial. Deste modo, por mais que a estratégia buscasse melhoria econômica, também houveram problemas governamentais.

4.3. Programas governamentais de transferência de renda

Historicamente o país tem sofrido com a má distribuição de renda, por ter uma grande parcela da população vivendo abaixo da linha da pobreza, com alto índice de desemprego e analfabetismo. Sendo assim, surgiu a necessidade da criação de programas governamentais de transferência de renda com o objetivo de diminuir os problemas causados pela discrepância da renda entre ricos e pobres. Com isso, o Estado resolveu assumir um papel intermediador entre as classes com o dever de

reduzir cada vez mais a pobreza e a desigualdade, além de tentar estratégias e formas para que essas políticas contribuam também para o desenvolvimento do país.

Sendo assim, os programas de transferência de renda podem ser descritos como uma forma de intervenção estatal no combate à pobreza. O governo analisa a população mais vulnerável e elege seu público-alvo, utilizando, na maioria das vezes, a renda como critério para mensurar o tamanho da necessidade desses indivíduos e identificar quem pode se inscrever nos programas governamentais de transferência de renda.

Contando um breve histórico destes programas governamentais no Brasil, podemos citar a criação da Renda Mensal Vitalícia, no ano de 1975, que contemplava os idosos com mais de 70 anos e pessoas portadoras de invalidez com o valor de meio salário mínimo. Conhecido atualmente como Benefício de Prestação Continuada, foi uma alteração da Renda Mensal Vitalícia na Constituição Federal do ano de 1988, no qual o benefício passou para o valor de um salário mínimo e contemplou os idosos a partir de 65 anos e pessoas com deficiência. Já durante o governo Fernando Henrique também tivemos programas com foco em setores da economia, ao invés de somente classes sociais, como o Bolsa Escola em 1997 e o auxílio-gás em 2001.

Porém, somente no governo Lula que os programas de transferência de renda passam a ter um maior protagonismo no Brasil, principalmente após a criação e implementação do Programa Bolsa Família (Lei nº10.836/2004) em 2004, passando a ser o programa de assistência social mais importante do país, ajudando mais de 14 milhões de famílias até junho de 2020, segundo o Ministério da Cidadania.

Assim como o Bolsa Família, o auxílio emergencial foi responsável por ajudar a economia brasileira durante o período pandêmico, visto que ele complementou a renda das famílias mais pobres ou até mesmo foi a única fonte de renda de uma parcela da população brasileira, incentivando o consumo das famílias, dado que a propensão marginal a consumir (PmgC) dessas famílias é maior do que de outras classes sociais, contribuindo para que os níveis de desigualdade no Brasil não tivessem uma piora e também para o desenvolvimento da economia brasileira.

Portanto, nesta pesquisa será possível observar como os programas governamentais de transferência de renda influenciam na economia brasileira, nos mostrando os efeitos nos indicadores de desigualdade, PIB, renda da população, etc. Neste trabalho também será possível compreender um pouco mais como funcionam

os programas de transferência de renda no Brasil, a forma como os recursos são captados e como são distribuídos. Será possível também apresentar os índices/indicadores de desigualdade social, como, por exemplo, o índice de Gini, principal indicador de desigualdade de renda.

Antes de falarmos sobre o principal programa de transferência de renda da pandemia da COVID-19 é importante ressaltar qual o objetivo histórico deste tipo de programa. Sendo assim, os programas governamentais de transferência de renda possuem como finalidade o combate à pobreza e às situações de vulnerabilidade social de pessoas de baixa renda, promoção da autonomia das famílias, combate à fome, redução da mortalidade infantil, erradicação do trabalho infantil, entre outras metas que visam uma melhoria na condição de cada indivíduo para promoção do desenvolvimento do país e da sociedade.

Com os impactos negativos que a COVID-19 causou diante de todo o mundo, com a retração da economia e dos empregos e também aumento da desigualdade social, o Governo Federal passou a adotar medidas que reduzissem esses impactos. Com isso, foram criados programas governamentais que tinham medidas urgentes, com objetivo auxiliar a saúde pública e a economia. Sendo assim, os órgãos públicos começaram a implantar ações que ajudassem os cidadãos, seja por meio de campanhas de conscientização, aumento no número leitos, aumento no número de equipamentos para tratamento da doença, protocolos a serem seguidos e a criação do auxílio emergencial, além de ampliação de outros programas de assistência social já existentes.

Pode-se destacar que a condição que mais determina o que de fato é a desigualdade no país está ligada à distribuição de renda. Por mais que a desigualdade social no Brasil seja de muitos anos, ela foi agravada com a vinda da pandemia, como citado anteriormente, pela falta de empregos, falta de acesso ao sistema de saúde e diminuição de renda nas famílias, contudo, a partir da criação do auxílio emergencial foi possível reduzir e minimizar esses impactos.

Um desses programas criados pelo governo foi a Renda Básica Emergencial (Lei nº 13.982/2020), conhecida com Auxílio Emergencial, em que seriam pagas três parcelas com valor de R\$ 600,00 para a população que se encaixasse nos critérios impostos pelo programa. Este benefício em junho de 2020 já contemplava aproximadamente 61 milhões de pessoas, que em comparação ao Programa Bolsa

Família (PBF) neste mesmo período, só auxiliava cerca de 14,3 milhões de famílias, ou 43,7 milhões de pessoas e eram depositados apenas R\$ 175,00.

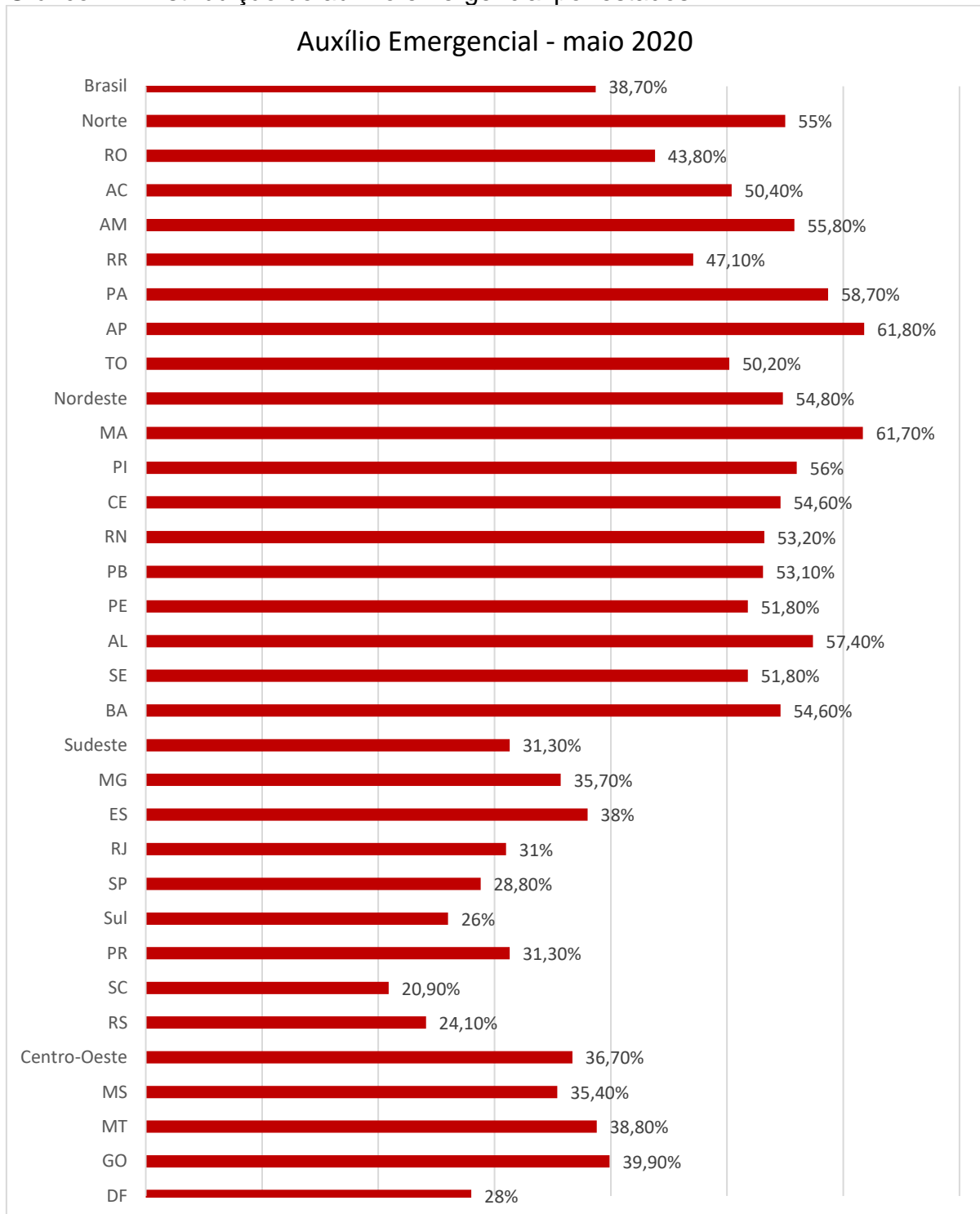
A ideia de uma Renda Básica Emergencial tinha como objetivo principal reduzir a pobreza e desigualdade do Brasil que durante a pandemia foram expandidas, além de garantir com que as pessoas tivessem suas necessidades básicas atendidas, possibilitando o consumo das famílias aos itens essenciais. Este auxílio conseguiu ser maior do que a renda domiciliar de pessoas consideradas extremamente pobres, o que se tornou um adicional na renda das pessoas ou até mesmo a principal fonte de renda, por mais que este tenha ocorrido apenas por 17 meses, mas que distribuiu cerca de 359 bilhões de reais entre 2020 e 2021. Contudo, por mais que esse programa não evitasse que pessoas pobres continuassem pobres, ele conseguiu minimizar os impactos na renda dessas famílias e também no PIB brasileiro.

O auxílio emergencial tinha o propósito tentar compensar as perdas que ocorreram na renda das pessoas, além de estimular que houvesse o distanciamento social entre a sociedade, pois incentivava que algumas pessoas trabalhassem um pouco menos e ficassem em suas casas. Cimar Azeredo, do IBGE, ainda recordou:

“Foram incluídas questões relativas ao Auxílio Emergencial, que, por ser um programa de transferência de renda de grande envergadura, exigia uma avaliação de forma separada dos demais programas existentes. Para receber o Auxílio Emergencial, a pessoa deve atender a alguns critérios entre os quais que a renda domiciliar per capita não ultrapasse R\$ 522,50 ou a renda total do domicílio não ultrapasse a três salários-mínimos (R\$ 3.135,00) ”.

A PNAD do IBGE revelou que dentre os 68 milhões de domicílios no Brasil, aproximadamente 38,7% (26,3 milhões) receberam o benefício do auxílio emergencial. Esses valores podem ser expressos por quase 94 milhões de pessoas, ou seja, pelo menos um morador recebeu este auxílio. Em menos de três meses do auxílio emergencial mais de 76% desta verba acabou sendo destinada aos estratos de renda mais baixa.

Gráfico 2 – Distribuição do auxílio emergencial por estados



Fonte: IBGE – PNAD COVID 19 – maio 2020

Além desta distribuição do auxílio emergencial entre os estados, cerca de um terço da população do Brasil recorreu a este benefício, ou seja, que estavam entre as exigências e regras do governo. Como pode observar pela tabela abaixo:

Tabela 2 – Auxílio Emergencial em milhões de pessoas e valores pagos

Auxílio Emergencial em milhões de pessoas	Bolsa Família	Cad. Único	APP/ Site	Total de pessoas	Total pago em bilhões de R\$ até 03/07/2020
Cadastrados	19,9	32,1	57,1	109,1	
Processados	19,9	32,1	57,1	107,1	
Elegíveis	19,2	10,5	35,5	65,1	
Inelegíveis	0,7	21,6	20,2	42,2	
Valor pago em bilhões de R\$	R\$ 45,50	R\$ 19,50	51,8		R\$ 116,80
1ª Análise			1,4		
Reanálise			0,8		

Fonte: CEF (2020)

Outro programa que foi criado pelo governo na época da pandemia foi a MP nº 936/2020, que visava a paralisação de demissões, na qual o funcionário e a empresa poderiam entrar em um acordo para redução de jornada, sendo que essa redução poderia ser de 25%, 50% ou 70%, em um período de até três meses, ou então a suspensão total do contrato de trabalho. Foi então, que o governo teria de conceder uma espécie de benefício complementar, em que eram pagos o restante do salário do colaborador com base no seguro-desemprego do mesmo.

Este tipo de programa teve grande adesão por parte das empresas, pois em meados de maio de 2020, já existiam cerca de 8.154.997 acordos firmados. Dentre esses, cerca de 4,4 milhões eram suspensivos, 1,2 milhão tinham a redução de 25% da jornada, 1,4 milhão com 50% e 991 mil com 70%, essas foram medidas que visavam permanecer o emprego formal de uma forma reduzida com relação a renda.

4.4. Consequências dos programas governamentais

Durante o período da pandemia em que os novos programas governamentais foram implantados, foi possível reduzir os impactos na economia brasileira. Com o agravamento da doença e avanços da desigualdade social, o auxílio emergencial permitiu que muitos brasileiros suprissem suas necessidades durante a quarentena, pois com o fato de terem perdido seus empregos, não tinham uma renda mensal, portanto este valor depositado pelo governo fez com que o consumo das famílias fosse mantido e o PIB tivesse uma menor retração, além de retirar parte da população da linha da extrema pobreza.

De acordo com o estudo “Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até agosto de 2020”, feito pela FGV Social (2020), sobre a COVID-19, a ação do auxílio emergencial conseguiu retirar aproximadamente 15 milhões de brasileiros da linha de pobreza durante os primeiros meses de pandemia. Esse número representa uma queda de 23,7% com relação ao ano de 2019, determinada pelo fato de que pessoas na linha da pobreza tinham a renda per capita de até R\$522,50. Segundo Marcelo Neri (2020):

“De maneira geral, a gente observou um boom social inédito, mesmo comparando com períodos pós-estabilização, que foram períodos de boom social. Em toda a série estatística a pobreza nunca esteve num nível tão baixo, são 50 milhões de brasileiros. A queda foi realmente inédita, de acordo com as séries estatísticas”.

Ou seja, os números da pobreza além de controlados durante a pandemia, ainda conseguiram ser reduzidos a partir do auxílio emergencial. Essa redução conseguiu alcançar valores de cerca de 30,4% apenas na Região Nordeste e de 27,5% no Norte, já no Sul está redução chegou em 13,9%, no Sudeste foi de 14,2% e no Centro-Oeste houve uma redução de 21,7%. Para que essas quedas acontecessem o governo brasileiro teve de gastar aproximadamente R\$322 bilhões de reais em apenas nove meses, que equivalem a nove anos de Bolsa Família.

Sobre o Produto Interno Bruto (PIB), o impacto do auxílio emergencial pode ser considerado positivo, pois está renda destinada aos beneficiários conseguiu gerar bons feitos a economia brasileira. No início da pandemia o Fundo Monetário Internacional (FMI) projetava uma queda de 9% no PIB brasileiro para 2020 e os analistas do mercado projetavam uma queda de 6,5%, porém o resultado final foi de uma queda de 4,1% no ano de 2020, bem melhor do que o esperado. Vale ressaltar que essa variação do que foi projetado para o resultado final não significa que o Brasil cresceu, mas mostra que as medidas tomadas para incentivar a atividade econômica fizeram com que o país tivesse um tombo menor.

É importante dizer também que, devido às restrições implementadas pelo governo, os setores de indústria e serviços tiveram quedas de -3,5% e -4,5%, respectivamente, e representam a maior parte do PIB brasileiro, enquanto o agronegócio foi o único setor a apresentar um aumento, crescendo 2% em 2020.

Para conhecimento, o Produto Interno Bruto é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país e serve para medir a evolução da economia de determinada nação.

Sobre o consumo das famílias, é possível observar na tabela 5 que em 2020 houve uma queda de 5,5% em relação a 2019, porém segurada pelos auxílios governamentais que garantiram renda à população.

Tabela 3 – Produto Interno Bruto (Comparação 2020 e 2019)

Período de comparação	Indicadores						
	PIB	AGROP	INDUS	SERV	FBCF	CONS. FAM	CONS. GOV
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	3,2%	-0,5%	1,9%	2,7%	20,0%	3,4%	1,1%
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-1,1%	-0,4%	1,2%	-2,2%	13,5%	-3,0%	-4,1%
Acumulado de quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	-4,1%	2,0%	-3,5%	-4,5%	-0,8%	-5,5%	-4,7%
Valores correntes no 4º trimestre (R\$)	2,0 trilhões	82,3 bilhões	344,2 bilhões	1,3 trilhão	366,6 bilhões	1,3 trilhão	427,7 bilhões
Valores correntes do ano (R\$)	7,4 trilhões	439,8 bilhões	1,3 trilhão	4,7 trilhões	1,2 trilhão	4,7 trilhões	1,5 trilhão
Taxa de investimento (FBCF/PIB) 2020 = 16,4%							
Taxa de poupança (POUP/PIB) 2020 = 15,0%							

Fonte: IBGE (2020)

Sendo assim, além de conseguir influenciar em uma menor queda do PIB, o auxílio emergencial possibilitou o amparo de uma grande parte da população, conseguiu desacelerar a desigualdade social entre as pessoas do país, reduzir as pessoas na faixa da pobreza e ainda garantiu as pessoas que tivessem um poder de consumo maior, que foi o principal fator que contribuiu para o PIB brasileiro.

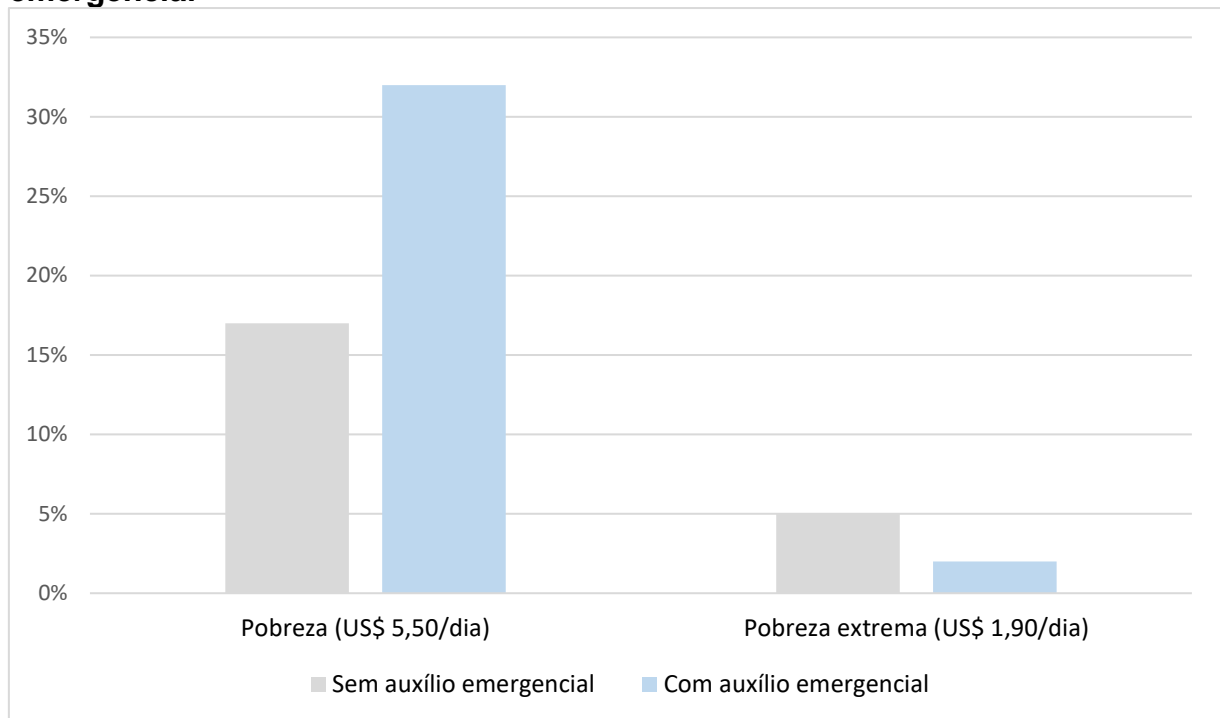
Essa medida possibilitou que os impactos econômicos não fossem ainda piores, ele evitou uma queda ainda maior da atividade econômica, que no IBC-Br divulgado no 2º trimestre de 2020 já mostrava um avanço de 4,9% da atividade econômica de maio para junho após tombos de quase 15% nos meses anteriores.

Portanto, a alta do desemprego inviabilizou que a população obtivesse renda através do trabalho formal, então o auxílio emergencial conseguiu cobrir as necessidades por um período, fazendo com que os brasileiros permanecessem por mais tempo em reclusão social na tentativa de desacelerar as infecções por COVID-19, além de contribuir para os fatores econômicos citados acima.

O Auxílio Emergencial teve um valor de benefício para as pessoas de extrema pobreza, de R\$ 600 ou R\$ 1200 pagos a população, enquanto a mediana que as

peças recebiam de renda domiciliar per capita no ano de 2019 era de R\$ 860 por mês. É possível analisar com o gráfico que, por mais que exista uma parcela maior da população abaixo da linha da pobreza do Banco Mundial (US\$ 5,50 por dia, R\$ 447 por mês), existe uma comparação àqueles que estão abaixo da linha pobreza extrema, da ONU (US\$ 1,90 por dia, R\$ 154 por mês), ou seja, ela é menor dentre as pessoas que recebem auxílio emergencial justamente por receberem um valor alto do benefício.

Gráfico 3 – População abaixo da linha da pobreza por recebimento do auxílio emergencial



Fonte: PNAD Covid (2020)

Ainda é possível observar que o Auxílio Emergencial conseguiu, naquela época, reduzir a pobreza do Brasil e também a desigualdade social entre as pessoas. Com a tabela abaixo, consegue-se visualizar as taxas de pobreza com e sem o Auxílio Emergencial (AE):

Tabela 4 – Transferência de renda, pobreza e desigualdade

	2019	Observada	2020	
			AE com benefício extraordinário	AE sem benefício extraordinário
Pobreza	16,8%	12,1%	17,8%	19,5%
Incidência	6,4%	2,7%	3,7%	8,2%

Fonte: Valor econômico (2022)

Ou seja, os programas governamentais se tornaram essenciais para que a população conseguisse sobreviver durante a pandemia, pois parte da população não conseguia gerar uma renda mensal, mas precisavam sustentar suas famílias e quitar suas dívidas. Portanto, foi com o auxílio emergencial que isso foi possível, e além disso causou impactos positivos na diminuição da pobreza e desigualdade social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, este trabalho teve por objetivo analisar os efeitos dos programas governamentais de transferência de renda durante a pandemia da COVID-19, no qual foi possível concluir que as métricas e estratégias adotadas pelo governo da época foram fundamentais para que não houvesse aumento da desigualdade social, agravamentos nos níveis de pobreza e maiores quedas no PIB.

Diante do cenário de pandemia, no qual as pessoas tiveram seus empregos perdidos, comércios tiveram seus horários reduzidos, escolas foram fechadas, dentre outros fatores, em que muitos grupos sociais foram acometidos, o auxílio emergencial também foi fundamental no combate à disseminação do vírus, visto que incentivou, de certa forma, o isolamento social, pois grande parcela da população conseguiu sanar suas necessidades básicas sem que precisassem sair de suas casas para gerar renda.

Também foi possível concluir que por mais que o cenário da economia mundial não estivesse em condições favoráveis, o Brasil conseguiu de alguma forma reduzir os impactos da crise e auxiliar, principalmente, pessoas na linha da pobreza ou abaixo dela, de modo que na época houvesse um aumento nos níveis de renda desta parcela da população, melhora nos níveis de desigualdade social e redução do impacto no PIB do país, visto que a transferência de renda foi uma forma de estimular o consumo das famílias brasileiras mais pobres.

Sendo assim, vimos no decorrer do estudo o quão importante foram as medidas tomadas pelo governo federal no combate ao vírus e nos impactos econômicos, por mais que todas não tenham sido aplicadas da melhor forma, visto que também dependem da consciência da população e não apenas do governo, mas garantiram uma melhor condição de vida para os mais vulneráveis.

Além dos benefícios citados acima que foram gerados durante o período de crise, vale ressaltar a importância das políticas governamentais de transferência de renda em períodos em que não há crise, visto que o Brasil é considerado um país pobre e que ainda está em desenvolvimento, então mesmo em ciclos econômicos favoráveis grande parcela da população vive em condições vulneráveis, com falta de oportunidades no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sem renda. Sendo assim, os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família/Auxílio Brasil, devem ter um objetivo social, que faça com que a criança tenha acesso à educação, que incentive a população beneficiada a prosperar e desta forma alcançar uma melhor qualidade de vida. Ou seja, além de gerar renda naquele momento, o objetivo social sendo cumprido irá fazer com que as pessoas que atualmente dependam deste auxílio, no futuro sejam pessoas inseridas no mercado de trabalho, com um maior nível de escolaridade, entre outros fatores que contribuem para sociedade e para economia.

Outro ponto importante a se destacar refere-se a importância das instituições públicas na garantia de sobrevivência da população. Podemos concluir que é de extrema relevância que se tenha um Estado preparado para possíveis crises econômicas, pois no contexto citado neste trabalho somente ele poderia assegurar recursos suficientes em prol da população com o objetivo de garantir renda para os mais vulneráveis e diminuir os efeitos da crise econômica, além de gerir a pandemia com soluções para que esta não fosse ainda pior, realizando políticas públicas para frear a disseminação do vírus, evitando uma crise ainda mais profunda.

6. REFERÊNCIAS

Agência Brasil. Auxílio emergencial reduziu a pobreza em 23%, aponta FGV. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/auxilio-emergencial-reduziu-a-pobreza-em-23-aponta-fgv/>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

BARBOSA, Rogério Jerônimo e Ian Prates. EFEITOS DO DESEMPREGO, DO AUXÍLIO EMERGENCIAL E DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE PRESERVAÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA (MP No 936/2020) SOBRE A RENDA, A POBREZA E A DESIGUALDADE DURANTE E DEPOIS DA PANDEMIA. 2020.

BEGHIN, Nathalie. Por que o auxílio emergencial é tão importante? Inesc. fev. 2021.
 CARNEIRO, R. de M. Velhos e novos desenvolvimentismos. Economia e Sociedade, [S.l.], v. 21, n. especial, p. 749–778, 2012.

COUTO Camille e Pauline Almeida. CNN. Desigualdades sociais em saúde crescem durante pandemia, aponta Fiocruz. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/desigualdades-sociais-em-saude-crescem-durante-pandemia-aponta-fiocruz/>. Acesso em 03 de novembro de 2022.

Dupont J, Dedeyne L, Dalle S, Koppo K, Gielen E. The role of omega-3 in the prevention and treatment of sarcopenia. Aging Clin Exp Res. 2019;31(6):825-36.
 Edson Domingues. Gov. Impactos econômicos da pandemia no Brasil poderão ser observados até 2045. Disponível em: [https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/10/impactos-economicos-da-pandemia-no-brasil-poderao-ser-observados-ate-2045#:~:text=Foram%20estimados%20a%20perda%20potencial,redu%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20na%20economia](https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/10/impactos-economicos-da-pandemia-no-brasil-poderao-ser-observados-ate-2045#:~:text=Foram%20estimados%20a%20perda%20potencial,redu%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20na%20economia.). Acesso em 30 de outubro de 2022.

Fiocruz. A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil. 2021. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=a-pandemia-agravou-a-desigualdade-de-renda-e-a-pobreza-no-brasil>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

FREIRE, Débora; DOMINGUES, Edson; MAGALHÃES, Aline; SIMONATO, Tiago; MIYAGIMA, Diego. Renda Básica Emergencial: uma resposta suficiente para os impactos econômicos da pandemia da Covid-19 no Brasil? Nota Técnica. Belo Horizonte, MG: NEMEA/CEDEPLAR/UFMG, 20.mai.2020. Disponível em: <https://www.cedeplar.ufmg.br/noticias/1245-notatecnica-renda-basica-emergencial-uma-resposta-suficiente-para-os-impactoseconomicos-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

GONZALES, Lauro; BARREIRA, Bruno. Efeitos do auxílio emergencial sobre a renda. FGV, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INDIO, Cristiano. FGV: mais pobres sofrem maior impacto na pandemia. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2021-09/fgv-mais-pobres-sofrem-maior-impacto-na-pandemia>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

Painel coronavírus. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 28 de outubro de 2022.

PIKKETY, T. O Capital no século XXI. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. 669 p.
PONTES, Helena. Mais de 76% dos recursos do Auxílio Emergencial alcançaram os estratos de renda mais baixos em maio. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28077-mais-de-76-dos-recursos-do-auxilio-emergencial-alcancaram-os-estratos-de-renda-mais-baixos-em-maio>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

RAMOS, Carolina Lima. O Impacto do auxílio emergencial sobre a pobreza e a desigualdade durante a pandemia do Coronavírus. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 2021.

ROCHA, S. Pobreza no Brasil, evolução de longo prazo (1970-2011) Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE), 2013.

SILVEIRA, Marcos Paulo Lucca e Rogério Jerônimo Barbosa. O futuro das transferências de renda no Brasil: dilemas empíricos e normativos para um programa pós-pandemia e pós-Auxílio Emergencial. *sociol. antropol.* | Rio de Janeiro, v.11.especial: 67–92, agosto, 2021.

SOARES, Raquel; MONTEIRO, Pedro; BATTAGLIA, Marta. Potência dos programas sociais e evolução da extrema pobreza: O que a PNADC e a PNAD COVID19 revelam. Ministério da Cidadania, 2020.

SUPLICY, E. M. Renda básica: a resposta está sendo soprada pelo vento. *Revista de Economia Política*, [S.l.], v. 23, n. 2 (90), p. 47–62, 2003.